

RELATÓRIO E CONTAS 2015

PT PAY, S.A.



Relatório e Contas 2015

Órgãos Sociais	1
Relatório de Gestão	
Introdução	2
Informações Legais	2
Análise Económica e Financeira	3
Perspetivas Futuras	4
Proposta de Aplicação de Resultados	5
Gestão de riscos financeiros	5
Factos ocorridos após a data de balanço	5
Demonstrações Financeiras	7
Relatório e Parecer do Fiscal Único	29
Certificação Legal de Contas	30



Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Presidente:	João Zúquete Dutschmann de Jesus da Silva
Vogal:	Guy Patrick Guimarães de Goyri Pacheco
Vogal:	Alexandre Filipe Teixeira da Fonseca
Vogal:	François Jean Marc-Antoine Vauthier

Fiscal Único

Efetivo:	Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.
Suplente:	Salomé Martins Ventura da Silva Oliveira

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais em vigor, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da PT PAY, S. A. referente ao exercício de 2015.

Introdução

A PT PAY, S. A. ("PT PAY" ou "Empresa") foi constituída em 13 de março de 2013, tendo iniciado nesse exercício o processo de implementação da sua atividade, desenvolvendo um "projeto – piloto". A Empresa iniciou o desenvolvimento da sua atividade comercial no dia 3 de Abril de 2014 após aprovação por parte do Banco de Portugal.

A PT PAY tem por objeto a prestação de serviços de pagamento a consumidores e a comerciantes. Com este serviço, os consumidores depositam fundos numa conta bancária da PT PAY, ficando esse valor associado à conta de pagamentos de cada cliente, os quais podem então efetuar pagamentos de serviços, podendo nomeadamente utilizar o dispositivo móvel, a TV, ou sites de *e-commerce* ou *m-commerce*, nos casos em que o comerciante também tenha aderido ao serviço. Na vertente de comerciantes, o serviço prestado, para além da conta de pagamentos, é composto por uma plataforma de aceitação de pagamentos e fidelização. A PT PAY neste contexto é considerada como *payment facilitator*, disponibilizando, com um único contrato, todos os meios de pagamento que possibilitam aos comerciantes a condução do seu negócio.

Informações Legais

- Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social;
- Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar em termos económicos por quaisquer das partes envolvidas, entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.

Análise Económica e Financeira

A análise efetuada em seguida deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras e as respetivas notas anexas. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euros e foram preparadas de acordo com os princípios consagrados nas Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA), nos termos do aviso n.º 1 / 2005, de 21 de fevereiro do Banco de Portugal.

RESULTADOS

O resultado líquido da PT PAY no exercício de 2015 e 2014 foi negativo em 3.051.585 euros e 1.411.466 euros, respetivamente e inclui essencialmente gastos gerais administrativos, gastos com amortizações e provisões, rendimentos e encargos de serviços e comissões.

No exercício de 2015, o desempenho económico e financeiro da Empresa foi penalizado, entre outros fatores, pelo reconhecimento de uma perda por imparidade de 728.045 Euros (Nota 9), relacionada com adiantamentos efetuados para a aquisição de equipamentos a fornecedor ("POWA") em exercícios anteriores, os quais não são recuperáveis, e a uma performance económica que, até ao terceiro trimestre de 2015 teve uma evolução progressivamente negativa, invertendo substancialmente esse ciclo no início do quarto trimestre, com uma redução média de 37%, face à despesa média mensal do terceiro trimestre de 2015.

BALANÇO E ESTRUTURA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2015, o total do ativo no montante de 5.236.431 euros, respeita essencialmente a imposto sobre o valor acrescentado a recuperar, a disponibilidades sobre residentes e ativos intangíveis nos montantes de 1.492.546 euros, de 1.467.725 euros e 1.680.398 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014, o total do ativo no montante de 5.269.420 euros, respeita essencialmente a imposto sobre o valor acrescentado a recuperar, ativos intangíveis e a aplicações em instituições de crédito, nos montantes de 1.089.311 euros, 1.961.135 euros e 667.000 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o total do passivo no montante de 3.082.591 euros e 3.563.995 euros, respetivamente, inclui essencialmente dívidas decorrentes do fornecimento de bens e serviços, os quais estão relacionados essencialmente com empresas do grupo e o montante já entregue pelos clientes com vista a ser utilizado em futuros pagamentos na rede de comerciantes aderentes.

Em 29 dezembro de 2015, após deliberação e aprovação em Assembleia Geral em 16 de dezembro de 2015, por forma a assegurar o cumprimento das disposições previstas pelo Banco de Portugal para rácios mínimos de capital dos fundos próprios e melhorar posição financeira das Empresa, o acionista PT Portugal, S.A. realizou prestações acessórias de capital

de 3.500.000 Euros, tendo naquela data, aprovado a realização de novas prestações acessórias de capital a efetuar durante o exercício 2016 de até 3.000.000 Euros.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital próprio ascendia a 2.153.840 euros e 1.705.425 euros, respetivamente, representando 41% e 32% do total do ativo, respetivamente.

Perspetivas Futuras

A PT PAY tem como perspetiva futura um maior enfoque comercial que permita de forma sustentada, estruturada e crescente, construir soluções de pagamento para clientes empresariais e clientes finais, posicionando a empresa como uma referência no mercado *online* e desenvolvendo também o seu portefólio e ajustando algumas das suas condicionantes para poder ser também um *player* com uma importância crescente nos pagamentos presenciais/físicos. Para o fazer, a empresa tem vindo a desenvolver uma estratégia comercial e de produto, alinhada com o acionista, através de venda direta, mas também com venda indireta, consolidando a sua presença no mercado através de um conjunto de parcerias estratégicas/comerciais que irão continuar a potenciar o crescimento da empresa.

2015 foi um ano importante para a reorganização da empresa, alinhamento de processos, redução substancial da despesa corrente e introdução de uma filosofia técnica comercial com maior racionalidade económica e próxima do mercado e dos clientes.

O crescimento registado no final do ano de 2015 é um indicador claro do potencial e dos ativos que uma empresa como a PT Pay, no eco-sistema Altice/PT Portugal/MEO, poderá fazer para o mercado, tornando-se um elemento diferenciador na estratégia global do grupo e consolidando o relacionamento com os clientes.

O *sourcing* de novos *acquirers* e o desenvolvimento conjunto com outras empresas do grupo, como por exemplo a Altice Labs e MEO, têm sido uma constante que poderá traduzir um conjunto de iniciativas operacionais em resultados comerciais e financeiros durante o ano de 2016.

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos legais, o Conselho de Administração propõe ao Acionista Único a transferência para resultados transitados do prejuízo apurado no exercício de 2015, no montante de 3.051.584,98 euros.

Gestão de riscos financeiros

A Empresa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo Órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Factos ocorridos após a data de balanço

Em janeiro de 2016, na sequência do reporte de crédito de imposto sobre o valor acrescentado ("IVA") na declaração periódica do mês de novembro de 2015, a Empresa formalizou um pedido de reembolso da totalidade daquele imposto junto da Administração Tributária, no montante de 1.416.608 Euros, o qual foi deferido em 19 de março de 2016, pela emissão da respetiva nota de liquidação de reembolso, tendo aquele montante sido integralmente recebido em 1 de abril de 2016.

À exceção da situação acima referida, não são conhecidos quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para efeito do disposto na alínea b) do nº 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 5 de abril de 2016

O Conselho de Administração,

Presidente João Zúquete Dutschmann de Jesus da Silva



Vogal Guy Patrick Guimarães de Goyri Pacheco



Vogal Alexandre Filipe Teixeira da Fonseca

Vogal François Jean Marc-Antoine Vauthier



Demonstrações Financeiras

26
AN 3

PT PAY, S.A.

BALANÇO

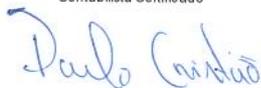
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

	Notas	e uros			
		2015	2014		
		Ativo Bruto	Amortizações Provisões e Imparidades	Ativo líquido	Ativo líquido
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	6	120.801	(96.164)	24.637	54.520
Ativos intangíveis	7	3.356.193	(1.675.795)	1.680.398	1.961.135
Total do ativo não corrente		3.476.994	(1.771.959)	1.705.035	2.015.655
Ativo corrente					
Outros ativos	9	4.261.777	(730.381)	3.531.396	2.585.238
Aplicações em instituições de crédito	4	-	-	-	667.000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	-	-	-	1.527
Total do ativo corrente		4.261.777	(730.381)	3.531.396	3.253.765
Total do ativo		7.738.771	(2.502.340)	5.236.431	5.269.420

	Notas	e uros	
		2015	2014
		Passivo e Capital Próprio	
PASSIVO			
Passivo corrente			
Provisões	10	16.542	-
Outros passivos	11	3.066.049	3.563.995
Total do passivo corrente		3.082.591	3.563.995
Total do passivo		3.082.591	3.563.995
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	12	3.500.000	3.500.000
Outros instrumentos de capital	12	3.500.000	-
Outras reservas e resultados transitados		(1.794.575)	(383.109)
Resultado líquido do exercício		(3.051.585)	(1.411.466)
Total do capital próprio		2.153.840	1.705.425
Total do capital próprio e do passivo		5.236.431	5.269.420

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



PT PAY, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

		euros	
	Notas	2015	2014
Juros e rendimentos similares	13	154	22.257
Juros e encargos similares	13	(9.929)	-
Margem financeira		(9.775)	22.257
Rendimentos de serviços e comissões	14	573.785	50.498
Encargos com serviços e comissões	14	(519.291)	(113.379)
Resultados de reavaliação cambial		194	-
Outros resultados de exploração		(57)	-
Produto bancário		44.396	(40.624)
Custos com pessoal		(95.12)	-
Gastos gerais administrativos	15	(1.142.733)	(764.429)
Amortizações do exercício	16	(113.540)	(604.077)
Provisões líquidas de reposições e anulações	9, 10	(744.587)	-
Imparidade de dívidas a receber		-	(2.336)
Prejuízo antes de impostos		(3.051.585)	(1.411.466)
Prejuízo apurado no período		(3.051.585)	(1.411.466)
Impostos correntes	18	-	-
Prejuízo por ação básico	17	(0,87)	(0,40)

PT PAY, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

		euros				
		Capital realizado (Nota 12)	Outros instrumentos de capital próprio (Nota 12)	Resultados Transitados	Prejuízo	Total do capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2014	A	3.500.000	-	-	(383.109)	3.116.891
Prejuízo					(1.411.466)	(1.411.466)
Resultado integral	B					(1.411.466)
Operações com detentores de capital						
Aplicação de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2013		-	-	(383.109)	383.109	-
Outras operações		-	-	-	-	-
	C	-	-	(383.109)	383.109	-
Posição em 31 de dezembro de 2014	D=A+B+C	3.500.000	-	(383.109)	(1.411.466)	1.705.425
Prejuízo					(3.051.585)	(3.051.585)
Resultado integral	E					(3.051.585)
Operações com detentores de capital						
Recebimento de prestações acessórias			3.500.000	-	-	3.500.000
Aplicação de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2014		-	-	(1.411.466)	1.411.466	-
	F	-	3.500.000	(1.411.466)	1.411.466	3.500.000
Posição em 31 de dezembro de 2015	G=D+E+F	3.500.000	3.500.000	(1.794.575)	(3.051.585)	2.153.840

Z

 NA

 7

PT PAY, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

	Notas	2015	2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		90.722	61.116
Pagamentos a fornecedores		(2.238.467)	(638.543)
Caixa gerada pelas operações		(2.147.745)	(577.427)
Recebimentos (Pagamentos) de imposto sobre o rendimento		6.217	(6.217)
Outros recebimentos (pagamentos), líquidos	4 (a)	268.552	(293.785)
Fluxos das atividades operacionais (1)		(1.872.976)	(877.429)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		115	22.257
		115	22.257
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(48.308)	(58.179)
Ativos intangíveis		(2.219.466)	(1.945.852)
		(2.367.774)	(2.004.031)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(2.367.659)	(1.981.774)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		73.051	-
Recebimentos de outros instrumentos de capital	4 (b), 12	3.500.000	-
		3.573.051	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	(6.555)
Juros e gastos similares		(943)	-
		(943)	(6.555)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		3.572.108	(6.555)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(668.527)	(2.865.758)
Caixa e seus equivalentes no início do período		668.527	3.534.285
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 (c)	-	668.527

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



NDICE

1. Nota introdutória
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas
4. Fluxos de caixa
5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros
6. Ativos fixos tangíveis
7. Ativos intangíveis
8. Partes relacionadas
9. Outros ativos
10. Provisões
11. Outros passivos
12. Capital
13. Juros e rendimentos similares
14. Rendimentos de (encargos com) serviços e comissões
15. Gastos gerais administrativos
16. Gastos de depreciação e amortização
17. Resultado líquido por ação
18. Imposto sobre o rendimento
19. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço



PT PAY, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

A PT PAY, S.A. ("PT PAY" ou "Empresa") foi constituída em 13 de março de 2013, tendo dado início ao planeamento, desenvolvimento e afetação dos recursos técnicos e humanos necessários ao desenvolvimento futuro da atividade.

A PT PAY tem por objeto social a prestação de serviços de pagamento, bem como todas as operações necessárias para a gestão das contas de clientes. A MEO Wallet é um serviço da PT PAY, S.A., instituição de pagamento registada no Banco de Portugal sob o nº 8705.

A Empresa é integralmente detida pela PT Portugal, SGPS, S.A. ("PT Portugal"), a qual por sua vez, era em 31 de dezembro de 2015 integralmente detida pela Altice Portugal, S.A. ("Altice Portugal").

Em 5 de maio de 2014, a Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("PT SGPS"), até então empresa-mãe do Grupo PT em Portugal, subscreveu um aumento de capital da Oi, S.A. (operador de telecomunicações brasileiro) através da contribuição em espécie da totalidade da participação que detinha na PT Portugal (acionista único da PT PAY), incluindo todos os negócios em Portugal por esta detidos, nomeadamente o da PT PAY, pelo a partir dessa data a PT Portugal e, conseqüentemente, a PT PAY passaram a integrar o Grupo Oi.

Em 2 de junho de 2015, a Oi, S.A. concluiu a alienação da totalidade da participação na PT Portugal à Altice Portugal, entidade que faz parte do grupo Altice, um grupo que opera no setor de telecomunicações com presença essencialmente em França, Israel, Republica Dominicana, Portugal e, mais recentemente, nos Estados Unidos. Conseqüentemente, a PT Portugal e todos os seus negócios em Portugal, nomeadamente o da PT PAY, foram integrados no Grupo Altice a partir da referida data.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A PT PAY utiliza nos seus registos contabilísticos e processo de relato, as Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA's) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso n.º 1/2005, de 21 de fevereiro e na Instrução n.º 9/2005, de 11 de março, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

As NCA's correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-lei 35/2005 de 17 de fevereiro e pelo Aviso 1/2005 de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso n.º 1/2005, existem as seguintes exceções com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa: (a) os ativos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Ativos fixos tangíveis. Como exceção, é permitido o registo de reavaliações legalmente autorizadas, caso em que as mais – valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.

3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e no pressuposto da continuidade das operações. As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas, salvo indicação em contrário, de acordo com as NCA's.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis à colocação dos ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do ativo somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparação não suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.



A depreciação dos ativos fixos tangíveis deverá ser reconhecida a partir do momento em que os bens se encontrarem disponíveis para utilização, de acordo com o método linear, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação do equipamento básico, que inclui essencialmente equipamento informático, correspondem, em média, à vida útil de 3 anos.

3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, basicamente licenças de utilização de *software* e pagamentos a terceiros (incluindo empresas do Grupo) para o desenvolvimento das plataformas informáticas e sistemas de informação de apoio à operação da Empresa, registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição de licenças de *software* é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para aquisição e para colocar o *software* disponível para a sua utilização. Os ativos intangíveis são apenas reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o grupo, sejam controláveis pelo mesmo e sejam fiavelmente mensuráveis.

As despesas com atividades de pesquisa são reconhecidas em resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando for demonstrável a exequibilidade técnica e económica do produto ou processo em desenvolvimento e a Empresa tiver intenção e capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados de forma prospetiva. A vida útil destes ativos referentes a *software* e a outros ativos intangíveis é atualmente de 3 anos em média.

3.3. Imparidade de ativos

A Empresa efetua análises de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando, não for possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.



O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda e o valor de uso. O preço de venda é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o custo do capital e o risco específico do ativo

3.4. Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico de acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

3.5. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma do imposto corrente com o imposto diferido, os quais são registados na demonstração dos resultados salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, situação em que são igualmente registados no capital próprio.

A estimativa de imposto sobre o rendimento é efetuada com base na estimativa da matéria coletável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”).

A PT Portugal adotou o regime de consolidação fiscal em Portugal (conhecido como regime especial de tributação de grupos de sociedades), no âmbito do qual o imposto sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável de todas as empresas nas quais a PT Portugal detenha uma participação superior a 75% do capital social desde o início do ano e que tenham sede em Portugal e estejam sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”).

A PT Portugal ainda está a aguardar a aprovação por parte das autoridades fiscais em relação à aplicação deste regime em 2014, uma vez que a PT Portugal apenas se tornou a empresa-mãe do grupo em Portugal a partir de 5 de maio de 2014, na sequência da contribuição em espécie realizada pelo antigo Grupo Portugal Telecom para o aumento de capital da Oi (Nota 1). Não obstante, o imposto sobre o rendimento do consolidado fiscal foi calculado admitindo que as autoridades fiscais irão autorizar a utilização desse regime de consolidação fiscal com efeitos a 1 de janeiro de 2014.

Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de impostos, corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias. Os saldos dos ativos e

passivos por impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor líquido contabilístico, dado serem referentes à mesma jurisdição fiscal.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. À data do balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente, por não terem preenchido as condições para o seu registo, e/ou para reduzir o montante dos ativos por impostos diferidos que se encontram reconhecidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os passivos por impostos diferidos são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

3.6. Classificação do balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo não corrente, pelo seu valor presente.

3.7. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas pela Empresa, quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) que resulte de eventos passados, desde que seja provável a existência de um dispêndio de recursos internos para a liquidação dessa obrigação e o montante desta seja razoavelmente estimável. Quando alguma destas condições não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

As provisões são reconhecidas por um montante correspondente ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas no final de cada exercício e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que relevantes e não seja remota a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos.

3.8. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transações incorridos, sendo subsequentemente apresentados ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

3.9. Custos de empréstimos obtidos

Os custos e/ou encargos com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

3.10. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos, e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”) e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços de pagamento é reconhecido desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas: (1) o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade; (2) é provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa; e (3) os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento de juros é reconhecido com base no método do juro efetivo.

3.11. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo classificados nas seguintes categorias: (a) ao custo ou custo amortizado; e (b) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(a) Ativos e passivos financeiros ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características: (a) sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; (b) tenham associado um retorno fixo ou determinável; e (c) não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os ativos e passivos financeiros considerados nesta categoria são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros) e correspondem essencialmente às seguintes rubricas de ativos e passivos constantes do balanço da Empresa:

- Disponibilidades em outras instituições de crédito;
- Aplicações em instituições de crédito;
- Outros ativos;
- Outros passivos.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a

vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

(b) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando expiram os seus direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desses ativos, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.12. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e os montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e em outros fatores, incluindo

expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os pressupostos com maior impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são os seguintes:

(a) **Continuação do apoio concedido pelo grupo PT Portugal à PT Pay em termos de financiamento e gestão do risco de liquidez**

A PT Pay financia a sua atividade maioritariamente através dos fundos obtidos junto da casa-mãe. As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, tendo em conta a intenção expressa pelo Grupo PT Portugal de continuar a apoiar a PT Pay.

(b) **Ativos intangíveis**

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Ativos intangíveis em curso” corresponde essencialmente a desenvolvimento de *software* e licenças de utilização, que ainda não se encontra em funcionamento. O Conselho de Administração entende que os montantes registados em 31 de dezembro de 2015 cumprem os requisitos definidos na Norma IAS 38 para a capitalização das despesas incorridas.

3.13. Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço não são refletidos nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgados se forem considerados materialmente relevantes.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, as rubricas “Disponibilidades em outras instituições de crédito” e “Aplicações em instituições de crédito” são constituídas por depósitos bancários, só sendo consideradas as aplicações com vencimento inferior a 3 meses.

A Empresa está sujeita a um risco de liquidez se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades e os fluxos de caixa provenientes de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas suas operações, nas disponibilidades de caixa e na possibilidade de obter financiamento junto da PT Portugal no âmbito do sistema de tesouraria centralizada implementado no Grupo, a Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações no período do próximo exercício.



(a) Outros recebimentos (pagamentos), líquidos

Esta rubrica reflete essencialmente aumento de atividade associado ao hiato temporal entre o valor disponibilizado pela PT PAY aos seus clientes e o registo dos recebimentos associados e por eles entregues à Empresa, com o objetivo de o utilizarem em pagamentos na rede de comerciantes aderentes (Notas 9 e 11).

(b) Recebimentos provenientes de outros instrumentos de capital

No exercício de 2015, esta rubrica apresenta o montante recebido de 3.500.000 euros de prestações acessórias concedidas pela PT Portugal (Nota 12).

(c) Caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica era composta por Disponibilidades sobre instituições de crédito e por Aplicações em instituições de crédito, nos montantes de 1.527 euros e 667.000 euros, respetivamente.

5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e erros

Conforme referido na Nota 2, a empresa adota as NCA's. Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas no exercício findo a 31 de dezembro de 2015, não se verificaram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas nem ocorreram alterações em estimativas contabilísticas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram emitidas outras normas ou interpretações novas ou revistas que ainda não estejam em vigor, nem foram efetuadas quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, respeitam a equipamento informático e foram os seguintes:

	euros	
	2015	2014
Valores brutos		
Saldo inicial	89.671	47.300
Aquisições	-	42.371
Transferências e abates	31.130	-
Saldo final	120.801	89.671
Depreciações acumuladas		
Saldo inicial	35.151	5.255
Depreciações do exercício (Nota 16)	61.013	29.896
Saldo final	96.164	35.151
Valores líquidos	24.637	54.520

Handwritten marks: a large 'A' at the top, a '2' and '3' at the bottom, and some scribbles.

7. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nos ativos fixos intangíveis foram os seguintes:

				euros
				2015
	Sistemas de tratamento automático de dados	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valores brutos				
Saldo inicial	1.565.426	6.478	1.012.499	2.584.403
Aquisições	659.459	-	170.790	830.249
Transferências	953.987	-	(985.117)	(31.130)
Outros movimentos	-	-	(27.330)	(27.330)
Saldo final	3.178.873	6.478	170.842	3.356.193
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	616.790	6.478	-	623.268
Amortizações do exercício (Nota 16)	1.052.527	-	-	1.052.527
Saldo final	1.669.317	6.478	-	1.675.795
Ativos intangíveis líquidos	1.509.556	-	170.842	1.680.398

				euros
				2014
	Sistemas de tratamento automático de dados	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Valores brutos				
Saldo inicial	260.886	4.419	803.042	1.068.347
Aquisições	501.498	2.059	1.012.499	1.516.056
Transferências	803.042	-	(803.042)	-
Saldo final	1.565.426	6.478	1.012.499	2.584.403
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	44.668	4.419	-	49.087
Amortizações do exercício (Nota 15)	572.122	2.059	-	574.181
Saldo final	616.790	6.478	-	623.268
Ativos intangíveis líquidos	948.636	-	1.012.499	1.961.135

Nos exercícios de 2015 e 2014, as adições respeitam essencialmente à aquisição de desenvolvimentos e de licenças de utilização de software, relativas a projetos de desenvolvimento de aplicações e funcionalidades essenciais ao início e desenvolvimento da atividade da Empresa.

8. Partes relacionadas

8.1. Acionistas e empresas do Grupo

Conforme mencionado na Nota Introdutória, a Empresa é detida em 100% pela PT Portugal, a qual por sua vez é integralmente detida pela Altice Portugal à data de 31 de dezembro de 2015. Consequentemente, todas as empresas que fazem parte do Grupo PT Portugal foram consideradas como partes relacionadas da PT PAY.

Embora a Empresa não tenha apresentado saldos devedores e credores nas rubricas "Acionistas e empresas do Grupo", tem contas a receber e a pagar a empresas do Grupo PT Portugal em outras rubricas do ativo e do passivo.

8.2. Saldos e transações com partes relacionadas

Em 23 de dezembro de 2015, as empresas PT Centro Corporativo, S.A. ("PT CC") e PT PRO, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhada, S.A. ("PT PRO"), foram incorporadas na MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. ("MEO"), com data efetiva a 1 de janeiro de 2015.

A natureza e o detalhe dos principais saldos devedores e credores com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são conforme segue:

euros		
2015		
	Outros ativos (Nota 9)	Outros passivos (Nota 11)
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	501.694	1.206.356
PT Portugal	38	9.087
	501.732	1.215.442

euros		
2014		
	Outros ativos (Nota 9)	Outros passivos (Nota 11)
MEO	250.000	2.832.873
PT Contact- Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. ("PT Contact")	-	429.333
PT PRO, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhada, S.A. ("PT Pro")	-	102.030
PT Portugal	6.217	-
Outras empresas	-	4.101
	256.217	3.368.337

As contas a pagar à MEO em 31 de dezembro de 2015 e à MEO e à PT PRO em 31 de dezembro de 2014 respeitam essencialmente ao investimento realizado na aquisição de desenvolvimentos, de licenças de utilização de *software* (Nota 7) e serviços em outsourcing. As contas a pagar à PT Contact em 31 de dezembro de 2014, respeitam aos serviços de suporte de *call center* (Nota 14).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as transações com partes relacionadas são conforme segue:

euros			
2015			
	Juros e encargos similares (Nota 13)	Rendimentos de serviços e comissões (Nota 14)	Gastos gerais administrativos (Nota 15)
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	-	368.608	(828.067)
Outras empresas	(9.929)	3.056	201
	(9.929)	371.664	(827.867)

euros			
2014			
		Rendimentos de serviços e comissões (Nota 14)	Gastos gerais administrativos (Nota 15)
PT Contact		-	303.276
MEO		16.717	258.055
PT Pro		-	27.780
Outras empresas		556	257
		17.273	589.368

8.3. Outras informações

As remunerações dos membros do Conselho de Administração encontram-se a ser suportadas integralmente por outras empresas do Grupo PT Portugal, inseridas no Grupo Altice.

9. Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2015	2014
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	1.492.546	1.089.311
Outras disponibilidades sobre residentes (a)	1.467.725	483.439
Rendimentos a receber (b) (Nota 8)	351.135	-
Despesas com encargo diferido (c) (Nota 8)	150.559	250.000
Adiantamento a fornecedores de bens (d)	-	728.045
Outros ativos	69.431	34.443
	3.531.396	2.585.238

- (a) Esta rubrica reflete o valor disponível numa conta bancária da PT PAY, entregue pelos clientes com o objetivo de o utilizarem em pagamentos na rede de comerciantes aderentes, encontrando-se o crédito associado registado na rubrica de outros passivos (Notas 4 a) e 11 a)).
- (b) Esta rubrica corresponde a rendimentos a receber de empresas do grupo, relacionados com a atividade operacional, no montante de 501.732 euros e 256.217 euros para os períodos findos a 31 de dezembro de 2015 e 2014, respetivamente.
- (c) Esta rubrica corresponde a serviços de suporte já contratados e faturados pela MEO, devendo ser prestados em períodos futuros.
- (d) Esta rubrica corresponde a adiantamentos efetuados pela Empresa em exercícios anteriores, para o desenvolvimento e aquisição de equipamentos PIN PAD ao fornecedor POWA, relativamente ao qual não existem expectativas de recuperabilidade, pelo que foram integralmente ajustados em 2015.

10. Provisões

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de “provisões” tem a seguintes composição:

	euros
	2015
Saldo inicial	-
Aumentos	16.542
Saldo final	16.542

Em 2015, o aumento refere-se à constituição de uma provisão para contingências fiscais, relacionado com uma contingência provável de correção de IRC, de retenções na fonte de pagamentos a fornecedores não residentes, não efetuadas nos exercícios de 2013 a 2015, incluindo juros de compensatórios, nos montantes totais de 16.193 euros e 350 euros, respetivamente.

11. Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2015	2014
Credores por fornecimento de bens e serviços	1.208.062	3.296.704
Encargos a pagar por serviços bancários prestados por terceiros	21.248	69.242
Outros passivos (a)	1.836.739	198.049
	3.066.049	3.563.995

(a) Inclui montante já entregue pelos clientes com vista a ser utilizado por estes em futuros pagamentos na rede de comerciantes aderentes (Notas 4 (a) e 9).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica inclui saldos com empresas do grupo nos montantes de 1.215.442 euros e 3.368.337 euros, respetivamente (Nota 8).

12. Capital

12.1. Capital realizado

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social da Empresa encontrava-se integralmente realizado e ascendia a 3.500.000 euros, estando representado por 3.500.000 ações nominativas (Nota 17), com o valor nominal de 1 euro cada uma. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social da Empresa era integralmente detido pela PT Portugal.

12.2. Outros instrumentos de capital

Esta rubrica corresponde a prestações acessórias concedidas pela PT Portugal, as quais não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido. Nos termos da legislação aplicável, o seu reembolso só pode ser efetuado desde que, após o seu pagamento, os capitais próprios sejam superiores à soma do capital, da reserva legal e de reservas de reavaliação não realizadas.

Em 31 de dezembro de 2015 esta rubrica ascende a 3.500.000 euros e reflete a entrega de prestações acessórias pelo acionista único em dezembro de 2015.

12.3. Aplicação de resultados

Em 2015, conforme deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas de 29 de maio o resultado líquido negativo de 2014 foi integralmente transferido para a rubrica "Resultados transitados".

12.4. Fundos próprios

Em 31 de dezembro de 2015, os fundos próprios da Empresa e os requisitos de fundos próprios de acordo com o estabelecido com o Banco de Portugal, podem ser resumidos da seguinte forma:

	euros	
	2015	2014
Fundos próprios totais	473.442	(255.710)
Requisitos de fundos próprios	12.587	1.041.620
Suficiência/(Insuficiência) de fundos próprios	460.855	(1.297.330)

13. Juros e rendimentos similares

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2015	2014
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de depósitos a prazo	154	22.257
	154	22.257
Juros e encargos similares suportados		
Outros juros e encargos similares (Nota 8)	(9.929)	-
	(9.929)	-

14. Rendimentos de (encargos com) serviços e comissões

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2015	2014
Rendimentos de serviços e comissões		
Empresas grupo (Nota 8)	371.664	17.273
Empresas não grupo	202.121	33.225
Encargos com serviços e comissões		
Empresas não grupo	(519.291)	(113.379)
	54.494	(62.881)

15. Gastos gerais administrativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2015	2014
Auditoria e consultoria (a)	596.561	71.601
Serviços de suporte (b)	382.611	581.456
Publicidade	47.644	74.515
Conservação e reparação	33.838	8.087
Outros serviços e fornecimentos de terceiros	82.079	28.770
	1.142.733	764.429

(a) Inclui custos de operação, manutenção e cibersegurança faturado pela SAPO, custos de auditoria financeira, branqueamento de capitais e pagamentos pela certificação dos sistemas de segurança de cartões de crédito.

(b) Inclui essencialmente gastos com serviços de suporte prestados pela MEO, relacionados com a gestão e manutenção dos serviços de data center, com a gestão dos recursos humanos, com o marketing entre outros serviços de suporte.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Gastos gerais administrativos" inclui transações com empresas do grupo, nos montantes de 827.867 euros e 589.368 euros, respetivamente (Nota 8).

16. Gastos de depreciação e amortização

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2015	2014
Ativos intangíveis (Nota 7)	1.052.527	574.181
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	61.013	29.896
	1.113.540	604.077

17. Resultado líquido por ação

O resultado líquido por ação no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foi calculado da seguinte forma:

	2015	2014
Resultado líquido	(3.051.585)	(1.411.466)
Número de ações (Nota 12)	3.500.000	3.500.000
Resultado líquido por ação básico	(0,87)	(0,40)

Não existem quaisquer situações que originem um efeito de diluição, pelo que o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

18. Imposto sobre o rendimento

18.1 Enquadramento

A partir de 1 de janeiro de 2015, no seguimento de uma alteração na legislação fiscal, a Empresa passou a ser tributada em sede de Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21%, acrescida de derrama municipal de até um máximo de 1,5% sobre a material coletável de IRC e de derrama estadual, quando aplicável, cuja taxa é variável em função da matéria coletável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Empresa apura prejuízo fiscal,

No cálculo dos resultados tributáveis, os gastos e rendimentos não aceites fiscalmente são deduzidos ou acrescidos aos resultados contabilísticos.

A
W
U
7

Conforme anteriormente referido, a Empresa integra o RETGS adotado pela PT Portugal, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento e as retenções efetuadas por terceiros são registadas no balanço, respetivamente, como contas a pagar e a receber da PT Portugal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

18.2 Reconciliação de taxa de imposto

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a reconciliação entre o montante teórico resultante da aplicação da taxa nominal de imposto ao resultado antes de impostos e o gasto com imposto sobre o rendimento é como se segue:

	euros	
	2015	2014
Resultado antes de impostos	(3.051.585)	(1.411.466)
Taxa nominal de imposto	21,0%	23,0%
Imposto esperado	(640.833)	(324.637)
Diferenças permanentes (a)	160.769	537
Prejuízo fiscal apurado no âmbito do RETGS	480.064	324.100
Tributação autónoma	-	-
Imposto sobre o rendimento	-	-
Imposto corrente	-	-
	-	-

(a) As diferenças permanentes apresentam a seguinte composição:

	euros	
	2015	2014
Provisões para impostos (Nota 10)	16.542	-
Perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis	728.045	2.336
Perdas por imparidade de outros ativos amortizáveis, não aceites como gastos	20.754	-
Outros	226	-
	765.567	2.336
Taxa nominal de imposto	21,0%	23,0%
	160.769	537

19 Acontecimentos ocorridos após a data do balanço

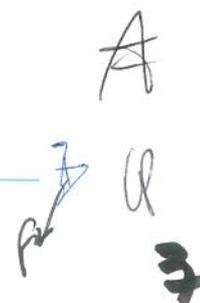
Em janeiro de 2016, na sequência do reporte de crédito de imposto sobre o valor acrescentado ("IVA") na declaração periódica do mês de novembro de 2015, a Empresa formalizou um pedido de reembolso da totalidade daquele imposto junto da Administração Tributária, no montante de 1.416.608 Euros, o qual foi deferido em 19 de março de 2016, pela emissão da

respetiva nota de liquidação de reembolso, tendo aquele montante sido integralmente recebido em 1 de abril de 2016.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 5 de abril de 2016, estando ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

À exceção da situação acima referida, não são conhecidos quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeito do disposto na alínea b) do nº 5 do Código das Sociedades Comerciais.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page. There is a large 'A' at the top, a signature that looks like 'P' with an arrow pointing to the right, and another signature that looks like 'U' with a flourish below it.

Certificação Legal das Contas



Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including a large stylized signature, a smaller signature, and the initials 'R3'.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da PT PAY, S.A. (“Empresa”), em 31 de dezembro de 2015 as quais compreendem o balanço que evidencia um ativo total de 5.236.431 Euros e capital próprio de 2.153.840 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.051.585 Euros, as Demonstrações dos resultados e de outro rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (“NCA”), definidas pelo Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o outro rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame, daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da PT PAY, S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o outro rendimento integral das suas operações, os seus fluxos de caixa e as alterações de capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2), e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Ênfase

5. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para efeitos comparativos, foram examinadas por outra sociedade de revisores oficiais de contas, cuja Certificação Legal das Contas, datada de 27 de maio de 2015, continha três reservas que deixaram de ser aplicáveis às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A nossa revisão sobre as

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A. | Inscrição na CMVM nº 20161528 | Capital Social 70.000 Euros | NIPC 509 224 547

A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. é uma firma membro da Baker Tilly International. A Baker Tilly International Limited é uma sociedade de direito inglês. A Baker Tilly International não presta serviços profissionais a clientes. Cada firma membro é uma entidade autónoma e independente, assumindo-se como tal. A Baker Tilly UK Group LLP é a proprietária da marca Baker Tilly. A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. não atua como agente da Baker Tilly International e não tem poderes para vincular a Baker Tilly International ou atuar em nome da Baker Tilly International. Adicionalmente, nem a Baker Tilly International nem qualquer outra firma membro têm a capacidade de exercer o controlo de gestão de qualquer outra firma membro.

An Independent member of Baker Tilly International

mesmas, teve como único objetivo, emitirmos um parecer sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, pelo que não emitimos qualquer parecer sobre aquelas demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as Demonstrações Financeiras do exercício.

Lisboa, 8 de abril de 2016



BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'A' at the top, and several other initials and signatures below it.



BAKER TILLY

Edifício Taurus
Campo Pequeno, 48 – 5º Esq
1000-081 Lisboa, Portugal

T: +351 210 988 710
F: +351 210 988 719

www.bakertilly.com.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Ao Acionista da
PT PAY, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da PT PAY, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2015, as demonstrações dos resultados e de outro rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio para o exercício findo naquela data e o respetivo anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão do exercício de 2015 preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação de resultados nele expressa. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual não contém reservas e contém uma ênfase relacionada com o facto de o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ter sido o primeiro em que atuamos com fiscal único da Empresa, e que se dá aqui por integralmente reproduzida.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o assunto descrito no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 8 de abril de 2016

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A. | Inscrição na CMVM nº 20161528 | Capital Social 70.000 Euros | NIPC 509 224 547

A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. é uma firma membro da Baker Tilly International. A Baker Tilly International Limited é uma sociedade de direito inglês. A Baker Tilly International não presta serviços profissionais a clientes. Cada firma membro é uma entidade autónoma e independente, assumindo-se como tal. A Baker Tilly UK Group LLP é a proprietária da marca Baker Tilly. A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. não atua como agente da Baker Tilly International e não tem poderes para vincular a Baker Tilly International ou atuar em nome da Baker Tilly International. Adicionalmente, nem a Baker Tilly International nem qualquer outra firma membro têm a capacidade de exercer o controlo de gestão de qualquer outra firma membro.

An Independent member of Baker Tilly International

